

RIO DE JANEIRO TEM SÉRIE DE EVENTOS PARA CELEBRAR SEUS 450 ANOS AO LONGO DE 2015



"TODO PAI DESEJA O MELHOR PARA O FILHO. O COLÉGIO SERIÖS TEM O MELHOR PARA OS DOIS."

A ADB acaba de celebrar convênio com o Colégio Seriös.

Idealizado para se tornar referência em Educação no Brasil, o Colégio Seriös tornou-se em apenas três anos uma instituição de ensino preparada para formar os futuros líderes do nosso País.

Suas instalações possuem infraestrutura de ponta e estão equipadas com o que há de mais avançado em tecnologia.



O Seriös possui uma Proposta Pedagógica consolidada e professores altamente preparados, que atuam como mediadores, visando desenvolver nos alunos novas maneiras de agir e pensar.

Inovador, o Seriös adota a abordagem sociointeracionista, mediada com estratégias interdisciplinares, contextualizadas com ações educativas, vivenciadas em espaços lúdicos que têm a função de consolidar o aprendizado desde os primeiros anos.





Da Educação Infantil até o 9.º ano, as aulas são em período integral para que o estudante possa se aprofundar nos conteúdos propostos e garantir o aprendizado de maneira eficiente. A proposta visa ampliar o conteúdo programático por meio de atividades contextualizadas e interdisciplinares, as quais estimulam o desenvolvimento pessoal e o raciocínio crítico – uma exigência do mundo atual.

A partir de 2015, o Seriös implantou o Ensino Médio pautado em: projetos de orientação de carreiras; preparação do aluno para universidades nacionais, por meio do PAS e do ENEM; e apoio à aplicação para universidades estrangeiras.

A escola está localizada na quadra 902 Sul a poucos minutos dos principais centros comerciais e órgãos públicos do Distrito Federal.

Agende uma visita e conheça mais detalhes do Colégio Seriös!



inha posse como Presidente da Associação de Diplomatas Brasileiros (ADB) coincide com um novo governo e uma nova administração da Casa. Cabe-me assim transmitir, em nome de todos os associados e no meu próprio, as felicitações mais sinceras aos Embaixadores Mauro Luiz lecker Vieira e Sergio França Danese, respectivamente Ministro e Secretário Geral das Relações Exteriores, com votos de pleno êxito no exercício da alta missão que lhes foi confiada.

Quero também manifestar apreciação pelo incansável trabalho realizado em prol das reivindicações e legítimos direitos dos diplomatas ao meu antecessor, Embaixador Guy M. de Castro Brandão, aos diretores e funcionários da ADB.

Assumo a Presidência da ADB em momento particularmente difícil para o Ministério das Relações Exteriores e para os integrantes da Carreira de Diplomata. Preocupam sobremaneira os cortes orçamentários, que têm prejudicado o bom funcionamento dos postos no exterior e impactado negativamente o pagamento pontual do auxílio moradia aos servidores, e a insatisfação entre os jovens diplomatas com a dificuldade de progressão funcional, o que está a demandar especial atenção por parte das Chefias da Casa.

O momento enseja, portanto, a necessidade de participação de todos não só no Ministério, mas também no âmbito da ADB. É importante que todos os associados participem ativamente da ADB e colaborem com a Diretoria e Conselhos da Associação com sugestões, novas ideias e críticas construtivas.

É ambição desta Presidência, como também o foi de muitos dos que me antecederam, poder contar com a colaboração das jovens gerações de diplomatas, homens e mulheres, a fim de que, por meio de sua cooperação e dinamismo, a ADB seja renovada e modernizada, de modo a tornar-se um instrumento a serviço de todos os diplomatas brasileiros como categoria profissional.

A ADB continuará acompanhando as ações judiciais em andamento e manterá seus associados informados; examinará a possiblidade de ampliar vários tipos de convênio em benefício das famílias dos associados e de renovar o Boletim; ademais, explorará um leque de novas ações, que certamente brotará das reuniões que pretendo realizar em Brasília e no Rio de janeiro para saber o que está faltando. As sugestões e novas ideias coletadas deverão orientar os trabalhos da ADB neste biênio.

Vitória Alice Cleaver

Presidente

Sumário

Mensagem



Ministro de Estado envia mensagem aos associados da ADB

Nova diretoria



Nova diretoria da ADB assume com foco nos temas de interesse dos associados

Entrevista

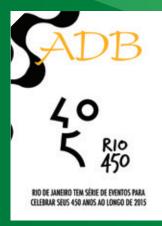


Embaixadora dos EUA no Brasil e pesquisador argentino avaliam importância da retomada das relações entre EUA e Cuba

Objetivos do milênio



Reportagem apresenta resultados do Brasil no cumprimento das metas dos Objetivos do Milênio



Capa

18 Aniversário do Rio de Janeiro traz um ano de programação voltada à preservação da história da cidade



Economia



Redução orçamentária prejudica a atuação do Ministério das Relações Exteriores, já que 90% da execução é feita no

exterior

Exportações



Déficit na Balança Comercial de 2014 coloca o setor exportador brasileiro como prioridade em 2015

Lavagem de dinheiro



Combate à lavagem de dinheiro e crime organizado ganha força no Brasil

Entrevista



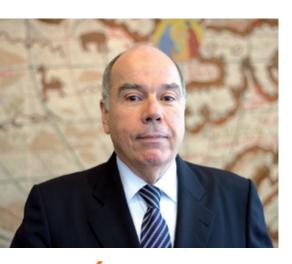
28 Chefe de serviço de saúde do MRE destaca ações em prol da saúde dos servidores

Prata da Casa



31 Nesta edição temos seis livros resenhados pelo ministro Paulo Roberto de Almeida

PELO FORTALECIMENTO DA CARREIRA DIPLOMÁTICA



com imensa satisfação que me dirijo à Associação dos Diplomatas Brasileiros. O Boletim da ADB consolidou-se, ao longo de mais de duas décadas, como um veículo de informação, debate e diálogo. Compartilho sempre compartilharei - o mesmo entusiasmo que motivou os fundadores da ADB e que ainda move seus quadros: o fortalecimento da carreira diplomática.

Os desafios de nossa diplomacia são múltiplos e complexos quando observamos o horizonte de um mundo em profunda transformação. O Itamaraty deve continuar a praticar uma política externa de resultados concretos para o desenvolvimento do Brasil. Seguindo orientação da Presidenta Dilma Rousseff, trabalhamos com prioridades claras: a consolidação da América do Sul como espaço de estabilidade e prosperidade; o reforço da agenda comercial de nossa diplomacia econômica em suas vertentes bilateral e multilateral; a ênfase na cooperação internacional como instrumento da

política externa, auxiliando o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil; a assistência e a defesa dos cidadãos brasileiros no exterior: o fortalecimento das nossas relações com parceiros novos e tradicionais dentro da vocação universalista de nossa política externa.

Nosso principal capital, diante de tais desafios e prioridades, está em nossos recursos humanos, em nossos quadros institucionais. Valorizar o diplomata e os demais funcionários do serviço exterior é elemento vital para o futuro da nossa Casa e da nossa política externa.

Temos, eu e o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, a missão prioritária de preservar, valorizar e aprimorar o extraordinário capital humano do Ministério das Relações Exteriores. Não nos furtaremos a enfrentar este desafio, que passa por maior previsibilidade na carreira e pelo planejamento institucional de mais longo prazo. Como afirmei em minha posse, em janeiro, as questões centrais de seleção, formação, progressão funcional incluindo aqui a questão muito particular dos colegas mais jovens -, remuneração, circulação entre postos, aperfeiçoamento profissional, e condições de vida dos funcionários e familiares no Brasil e no exterior precisam ser enfrentadas à luz dos objetivos e do alcance global da nossa política externa.

O reconhecimento conquistado pelo Itamaraty e seus quadros no Brasil e no mundo é um patrimônio

construído com o trabalho e o esforço de gerações do serviço exterior brasileiro. O melhor caminho para preservá-lo é o do aperfeiçoamento de nossa instituição. Uma política externa de qualidade a serviço do Brasil passa por um Itamaraty renovado em seus meios e métodos.

Creio que vivemos um momento importante de nossa história institucional. Muito se ouve - dentro e fora desta Casa - das dificuldades que enfrentamos, das dúvidas sobre a motivação dos funcionários. de questionamentos sobre o futuro de nossa carreira e a excelência do nosso trabalho. Nada disso deve ser ignorado. Momentos de crítica e autocrítica são parte de nossa tradição e uma das fontes de renovação de nossa vida institucional. Precisamos reforçar a unidade do Itamaraty, renovar a autoestima e o orgulho de pertencer a uma carreira que prestou e continuará a prestar imensos serviços ao Brasil.

Nosso objetivo institucional sempre foi único e inequívoco: fazer desta Casa uma instituição cada vez mais respeitada na formulação e execução da melhor e mais eficaz política externa. Estou seguro de que conto com o apoio da ADB e de todos os diplomatas e funcionários do nosso Ministério para fortalecer ainda mais esta instituição, sempre chamada a representar o Brasil no mundo à altura de suas melhores tradições.

Desejo à Associação dos Diplomatas Brasileiros pleno êxito em seus trabalhos e na consecução de seus louváveis propósitos.

NO COMPASSO DA MUDANÇA

Interatividade com os associados e foco nas questões legais são o norte para a recém empossada diretoria da ADB



Nova diretoria

ostuma-se dizer que o ano só começa oficialmente no Brasil, depois do Carnaval. Mas para os membros da nova diretoria da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB), essa máxima não se confirma, já que o trabalho do grupo começou mesmo bem antes da posse, que aconteceu no dia 11 de fevereiro. A diretoria, que passa a ser composta pela embaixadora Vitoria Alice Cleaver na Presidência, Carlos Augusto Loureiro de Carvalho como vice-presidente, e pelos diretores ministro Adriano Pucci, ministro João Frederico Abbott Galvão Júnior e secretário Leandro Araújo, já deu os primeiros passos para dialogar com a categoria.

Uma das primeiras agendas da agora presidente da entidade foi uma reunião, no Rio de Janeiro, na primeira semana de fevereiro, a convite de alguns diplomatas aposentados. A nova dirigente quis conhecer de perto quais as questões prioritárias dos associados. Assuntos como licença-prêmio, aposentadoria, convênios e serviços foram listados e fazem parte da pauta de estudos da diretoria. "Vamos, de fato, focar nos temas de interesse dos associados. Por isso, precisamos identificar cada um deles e traçar estratégias de abordagem", destaca a embaixadora Vitoria.

Dado o cenário complexo em que os representantes da diplomacia brasileira se encontram atualmente, devido, em grande parte, à redução de recursos destinados pelo governo federal ao Ministério de Relações Exteriores, a recente gestão da ADB acredita em abordagens mais fortes, como defende Vitoria Cleaver: "Por ser uma conjuntura tão diferente, devemos ser mais contundentes nos assuntos diversos".

INTERATIVIDADE - A proximidade com os associados é o ponto de partida para estabelecer as prioridades para o grupo. Esse movimento vai acontecer também com o público mais jovem da ADB. Por esse motivo, a comunicação da entidade vai ser mais interativa. O site da associação (www.adb.org.br) será um dos instrumentos de diálogo com esse público. "Vamos propor enquetes, disponibilizar documentos, divulgar eventos, enfim, promover um canal aberto de comunicação com os jovens diplomatas", ressalta o diretor Leandro Araújo.

O Boletim da ADB também vai passar por mudanças. O Conselho Editorial vai abrir espaço para consulta de temas específicos para matérias ou artigos. Dessa forma, todo associado terá oportunidade de fazer sugestões de pauta. O projeto de renovação também prevê matérias mais factuais e diretas. "Queremos trazer os assuntos que estejam na ordem do dia, para que sejam tratados sob a ótica dos diplomatas, com espaço privilegiado", diz Vitoria Cleaver.

A publicação vai trazer uma seção especial com leitura jurídica, que vai, para além de atualizar status de processos e ações conjuntas, destrinchar assuntos relevantes para a classe. Especialistas serão convidados para discorrer sobre os temas e trazer luz às dúvidas recorrentes dos associados. "Acreditamos que, dessa forma, manteremos todos informados e mais próximos das discussões pertinentes", avalia a dirigente.



embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, conversou com o Boletim da ADB sobre a nova abordagem do presidente Barack Obama em relação a Cuba, que é o empoderamento do povo cubano. Para ela, a população do país caribenho aproveitará as novas oportunidades e o aumento dos recursos para levar Cuba rumo à maior abertura e prosperidade.

Publicamos, também, artigo, em espanhol, do pesquisador principal para a América Latina e a Comunidade Iberoamericana do Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, de Madri, Carlos Malamud, que avalia as negociações entre os dois países. Segundo ele, no dia 11 de abril, durante a Cúpula das Américas, no Panamá, o presidente norte-americano deve chegar com resultados mais tangíveis que "o mero restabelecimento das relações diplomáticas".



Entrevista

Qual é a importância histórica da retomada das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos?

A nova abordagem do presidente para Cuba se dá depois de décadas de esforços mal sucedidos de isolar Cuba e é destinada a empoderar o povo cubano.

Quais são as consequências práticas e imediatas para as relações diplomáticas e econômicas entre os dois países?

Acreditamos que o povo cubano aproveitará as novas oportunidades e o aumento dos recursos para levar Cuba rumo à maior abertura e prosperidade.



Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, Liliana Ayalde

De imediato, uma das medidas mais importantes é fazer as mudanças regulatórias que permitirão mais engajamento das empresas de telecomunicações americanas em Cuba para ajudar a melhorar o acesso dos cubanos às informações. O maior acesso às informacões aiudará tanto os defensores dos direitos humanos quanto o nascente setor privado. As empresas estrangeiras também podem exercer papel preponderante na introdução de tecnologias modernas para facilitar a conexão da internet em Cuba.

Além de permitir mais investimentos das empresas de telecomunicações americanas para ajudar a melhorar o acesso dos cubanos às informações, prioridade máxima dos Estados Unidos, outras mudanças regulatórias publicadas em 16 de janeiro e em vigor desde essa data tornam mais fáceis as viagens autorizadas de cidadãos americanos, aumentam o valor permitido para remessas dos EUA e autorizam vendas e exportações comerciais para Cuba de determinados bens e serviços para utilização por empresários cubanos. Viagens de cidadãos americanos para Cuba destinadas a atividades turísticas ainda não são permitidas por nossas leis.

Acreditamos que, a longo prazo, uma política de engajamento com Cuba pode empoderar o povo cubano a construir um País democrático, próspero e estável. Os

Estados Unidos continuam comprometidos com a promoção dos direitos humanos universais e das reformas democráticas em Cuba, em consonância com os valores e os princípios defendidos por toda a região. Para tal, é importante que as democracias das Américas trabalhem em conjunto para promover os valores democráticos do continente em Cuba.

Incentivamos todas as nações e organizações envolvidas no diálogo diplomático com o governo cubano a aproveitar todas as oportunidades, tanto pública quanto privadamente, para apoiar o aumento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais em Cuba e a

capacidade de todos os cidadãos cubanos de determinar o futuro político e econômico de seu país.

Nossa nova política para Cuba aumentará nossa capacidade de trabalhar com nossos parceiros globais para empoderar o povo cubano. O restabelecimento das relações diplomáticas ajudará a remover o pretexto usado pelo governo cubano para conter a pressão do povo cubano por mais liberdade, prosperidade econômica e outras demandas legítimas.

Os entendimentos recentes suspendem o embargo às relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países?

As medidas anunciadas pelo presidente Obama ajustam-se à implementação do embargo e são ações que o presidente pode empreender com sua autoridade executiva. Para a suspensão do embargo, será necessária ação legislativa. O presidente disse que o Congresso deve iniciar este ano o trabalho para acabar com o embargo.

Caso isso não ocorra, que medidas serão adotadas para suspender o bloqueio? É possível estimar um prazo final para a normalização das relações entre os dois países?





Não há e nunca houve um "bloqueio", já que outros países mantêm relações comerciais com Cuba. Na realidade, os Estados Unidos têm sido um dos maiores fornecedores de produtos agrícolas para a ilha. Já foram apresentados projetos no Senado para diminuir ou eliminar o embargo. São bem-vindas todas as iniciativas que deem início ao trabalho de encerrar o embargo, bem como toda a discussão legislativa sobre a melhor forma de promover uma Cuba democrática, próspera e estável. Estamos otimistas quanto à viabilidade do restabelecimento das relações diplomáticas em futuro próximo. O processo para a normalização de nossas relações bilaterais será mais longo, pois precisamos abordar questões que distanciaram nossos países durante 50 anos.

A nova abordagem do presidente para Cuba é destinada a empoderar o povo cubano. Queremos torná-los agentes de suas próprias mudanças. Acreditamos que as novas oportunidades e o aumento dos recursos que afluirão para o povo cubano como resultado da nossa nova abordagem levarão Cuba rumo à maior abertura e prosperidade.

O acordo diplomático pode ser revogado pelo Congresso dos EUA ou não há possibilidade de volta?

As medidas anunciadas pelo presidente Obama ajustam-se à implementação do embargo e são ações que o presidente pode empreender com sua autoridade executiva.

Qual foi o papel exercido pelo papa Francisco nas negociações?

O papa Francisco e o Vaticano tiveram papel crucial ao convergirem para a nova orientação do presidente em relação a Cuba. Em suas declarações em 17 de dezembro de 2014, anunciando as mudanças da política americana para Cuba, o presidente Obama agradeceu ao papa Francisco e a outros, inclusive ao governo do Canadá e a um grupo bipartidário de parlamentares americanos, por serem "parceiros em nossos esforços". O presidente Obama prestou tributo especial ao papa Francisco, observando que o exemplo moral do papa "nos mostra a importância de buscar o mundo como ele deve ser, em vez de simplesmente contentar-se com o mundo como ele é".

Carlos Malamud: Cuba y EE.UU.

Y las negociaciones entre Cuba y EE.UU. van...

Infolatam / Madrid, 1 marzo 2015 Por Carlos Malamud

Dice Silvio Rodríguez en una de sus canciones que "puede que algunas noches las estrellas no quieran salir... pero a pesar de los pesares, como sea: Cuba va". De la misma manera, con sus dificultades, con sus lecturas contradictorias (dependiendo de quién las haga), las negociaciones entre Cuba y Estados Unidos también van.

Algún malintencionado podría preguntar con cierta sorna hacia dónde van. Sin embargo, sería esperable que el serio esfuerzo negociador a cargo de Roberta Jacobson y Josefina Vidal comience pronto a dar frutos concretos. Unas declaraciones de Vidal en una reunión con la prensa de su país tras el último encuentro describe el clima constructivo que ha presidido las negociaciones.

Decía la diplomática cubana: "Hay un cambio en la atmósfera general de las conversaciones, del tono, del lenguaje que se usa. Se nota mucho más cuando se compara con épocas pasadas... Evidentemente, hay un interés por tener una actitud distinta, una actitud respetuosa... El respeto fue la clave del éxito que condujo a los anuncios del 17 de diciembre, y yo creo que ambas partes hemos hablado con mucha franqueza -debo decirlo-, con mucha honestidad... con absoluto respeto, y de manera educada. civilizada".

El 10 y 11 de abril próximos se celebrará en Panamá la Cumbre de las Américas y Barack Obama querrá llegar a ella con resultados algo más tangibles que el mero anuncio del restablecimiento de relaciones diplomáticas. Lo óptimo sería la apertura de embajadas en Washington y La Habana, algo relativamente sencillo gracias a la reconversión de las actuales oficinas de intereses.

Pero ninguna parte quiere dar la señal de haber sido la primera en ceder, especialmente a los opositores más virulentos al acercamiento en sus propias filas. Ambos tienen prisa pero también tienen tiempo y ninguno quiere arriar las banderas de las reivindicaciones en juego. Para Cuba los dos puntos prioritarios son su eliminación de la lista terrorista y la supresión de las trabas que impiden a sus diplomáticos y a la oficina en Washington tener cuentas corrientes en bancos norteamericanos.

Hay otros temas importantes, como los problemas migratorios vinculados a la ley de Ajuste Cubano, la abolición definitiva del embargo o bloqueo, o la mejora de las telecomunicaciones, sin olvidar Guantánamo. Pero todos saben de las dificultades existentes y de la inconveniencia de trazar determinadas líneas rojas.

A EEUU, junto a la entrega de algún activista del Ejército de Liberación Negro con asilo político en La Habana, le interesa igualmente el libre desplazamiento de sus diplomáticos por la isla para poder ver sin problemas a los grupos opositores, y la mejora de los derechos humanos. Al igual que ocurre con su contraparte hay otras cuestiones más de largo plazo, como avances concretos en la democratización de Cuba, que de momento no se incluyen en la agenda negociadora.

Pese a todo ya se observan algunas señales del deshielo. Cuando uno llega al aeropuerto de Miami es frecuente ver a numerosos cubanos, arribados en vuelos charter directamente desde La Habana u otras partes de Cuba, aguardando pacientemente pasar el control de pasaportes como cualquier viajero que entra en EEUU. Muchos son fácilmente reconocibles por sus bolsas del free shop de salida con una o dos botellas de Habana Club para sus amigos o parientes. En Cuba, la posibilidad, de momento restringida para muy pocos, de ver las mejores series en televisión por satélite o pagar con tarjetas de crédito, aunque sean de EEUU.

Pero no todo es de color de rosa. Como ocurrió en ocasiones anteriores, hay grupos interesados a ambos lados en hacer descarrilar el proceso. En las vísperas de este último encuentro se detuvo a cerca de 200 opositores/disidentes, que fueron rápidamente liberados. Como cuentan William LeoGrande y Peter Kornbluh en Back Channel to Cuba. The Hidden History of Negotiations between Washington and Havana, ya durante la administración Kennedy tuvieron lugar contactos secretos para normalizar la relación. Desde entonces nunca hubo avances significativos, sino incluso en ciertas ocasiones retrocesos mayúsculos. El caso de Bill Clinton fue uno de los más notables.

Si las relaciones hispano cubanas son especiales por múltiples razones, las cubano americanas también lo son. Éstas hunden sus raíces incluso antes de la independencia de Cuba en 1898. José Martí recuerda intensamente su paso por Nueva York, donde existía una nutrida colonia cubana. No en vano son pueblos vecinos y los intereses cruzados fueron muchos y podrían seguir siéndolo en un futuro.

Del lado cubano, uno de los principales obstáculos para normalizar la relación ha sido la retórica revolucionaria. Es cierto que los otros puntos de la agenda, comenzando por el embargo o bloqueo, también cuentan. Pero la defensa a ultranza de las consignas "Revolución o muerte" y "Cuba sí, yankys no" era un rígido corsé que dificultaba cualquier diálogo.

En Estados Unidos también tenían lo suyo, vinculado al enorme peso simbólico (aunque no sólo) del exilio cubano, en sus inicios profundamente anticastrista. Desde su punto de vista cualquier concesión a Fidel Castro, por mínima que fuera, era una carta blanca que garantizaba la permanencia sine die de la odiada dictadura comunista.

Y así como para EEUU su relación con Cuba no es sólo un problema de relaciones internacionales sino también una cuestión de política interna, en Cuba ocurre exactamente lo mismo con su relación con EEUU. De ahí el mutuo empeño en dar pasos concretos en la misma dirección. De momento en La Habana se confía en la estabilidad de su gobierno, aunque el reloj biológico siempre puede jugar alguna mala pasada.

En Washington, una preocupación no explicitada por los negociadores aunque siempre presente, es si las medidas que se tomen ahora serán irreversibles y estarán a resguardo de cambios políticos electorales. De todos modos lo mejor que ha podido ocurrir es que tanto unos como otros hayan decidido poner sus cartas sobre la mesa y, al mismo tiempo, estén dispuestos a empeñarse abierta y lealmente en el duro juego de la negociación diplomática.

PEQUENAS ATITUDES, GRANDES AVANÇOS



xiste uma corrente dos estudos sociais que acredita que atitudes simples podem, sim, ■ fazer a diferença e colaborar para o bem estar coletivo e individual. Mudanças de hábitos na rotina, voluntariado e discussão de ideias colaboram para um projeto mundial ainda maior, os objetivos do milênio.

MAS O QUE SÃO OS OBJETIVOS DO MILÊNIO?

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Cúpula do Milênio, ocasião em que estabeleceu iniciativas para melhorar as condições sociais e ambientais mundiais até 2015, com o apoio de 191 nações. As oito proposições ficaram conhecidas como

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os países se organizaram e trabalharam em estudos de cenário, proposições de políticas públicas, trabalho voluntário e círculos de debates para que tornasse possível alcançar as metas indicadas pela ONU.

Desde o início do processo, o Brasil avançou em muitas áreas e esse desempenho só foi possível em função da participação social e de uma série de ações colocadas em curso nos últimos anos que trouxeram impactos positivos sobre os ODM. Há bons indicadores, sim, mas há muitos desafios a ser vencidos.

O primeiro objetivo, 'Acabar com a Fome e a Miséria', tem como meta reduzir a pobreza extrema até

Objetivos do milênio

2015 à metade do nível em que se encontrava em 1990. O Brasil foi além e estabeleceu como objetivo reduzir a pobreza extrema a um quarto do que era. De acordo com o "Relatório de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2014", o mundo atingiu o primeiro objetivo cinco anos antes do previsto, formados os indicadores que a ONU considera para extrema pobreza. No entanto, o relatório aponta que, de cada oito indivíduos, pelo menos um dorme com fome.

No segundo objetivo, a ideia é buscar a "Educação Básica de Qualidade para Todos". Conforme dados do relatório, caso as tendências atuais permaneçam do mesmo jeito, o mundo não conseguirá atingir a meta proposta de educação primária universal até 2015. Os dados indicam que 123 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não têm competências de leitura e escrita.

'Igualdade entre os Sexos e Valorização da Mulher' é o terceiro objetivo. A princípio, a igualdade entre sexos está próxima de ser atingida; contudo, considerando todos os níveis de ensino, apenas 2 em 130 países alcançaram a meta. No Brasil, a situação ainda está longe da ideal. Nenhum dos estados brasileiros alcançou plenamente essa meta.

Embora as mulheres estejam em pé de igualdade na fase de educação (em muitas regiões, o número de mulheres na escola é ainda maior do que o de homens), as dificuldades de acesso ao mercado de



trabalho já aparecem na cultura pela procura por "empregos femininos". Não há uma tradição de ampliar o legue de opções de carreiras para mulheres, que se veem levadas a escolher profissões com possibilidades menores de avanço, além de serem preteridas para funções de liderança e gerência.

Os avanços são importantes, mas é preciso ter em vista o desafio ainda a ser enfrentado, uma vez que os indicadores de cobertura seguem muito baixos e a categoria permanece majoritariamente desprotegida. A presença das mulheres em espaços de poder e decisão é relevante para a avaliação da situação de desigualdade entre os sexos, sendo uma dimensão que foi também incluída pela ONU para o acompanhamento do ODM 3.

O quarto objetivo, 'Reduzir a Mortalidade Infantil', tem como meta diminuir a mortalidade na infância em dois terços até 2015. Segundo a técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Luciana Mendes Santos Servo, é importante o olhar da municipalização dos ODM como estratégia para o avanço dos índices sociais. Em números nacionais, o Brasil já alcançou a meta de redução da mortalidade na infância com antecedência de quatro anos: a taxa de mortalidade passou de 53,7/mil nascidos vivos em 1990 para 17,7/mil em 2011 e próximo de 15 em 2014. Quando são consideradas as média dos números de Santa Catarina, esses indicadores são ainda melhores: a taxa de mortalidade em 1990 era 33,6 e atualmente é de 10,8 em mil nascidos vivos. De acordo com Luciana, quando os dados são abertos e municipalizados, há muitos municípios que estão longe de atingir as suas metas. "É preciso, portanto, investigar melhor os óbitos infantis para saber se podiam ter sido evitados", afirma Luciana.

O quinto objetivo é 'Melhorar a Saúde das Gestantes'. Embora a mortalidade materna tenha caído para quase metade desde 1990, ainda há muito a ser feito para atingir a meta proposta para 2015.

'Combater a Aids, a Malária e Outras Doenças' é o sexto objetivo. A experiência brasileira de combate à epidemia de HIV/Aids se tornou uma referência mundial. Desde o início da epidemia, em 1980, até junho de 2011, o Brasil registrou 608,2 mil casos de AIDS, mas a taxa de incidência passou de 20,0 por 100 mil habitantes em 2003 para 17,9 por 100 mil habitantes em 2010.

O Brasil tem conseguido controlar a malária. O número de exames positivos por mil habitantes caiu de 33,2, em 1990, para 13,1 em 2010. A malária está concentrada na região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), com mais de 95% dos casos. Foram criados programas nacionais de controle da Malária, da Dengue e da Tuberculose para reduzir a incidência das doenças e o número de vítimas.

O sétimo objetivo, 'Garantir a Sustentabilidade Ambiental', tem como foco a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

Alguns dados são preocupantes, como o aumento de 46% da emissão de dióxido de carbono (CO2) desde 1990. Por outro lado. mais de 2,1 mil milhões de pessoas e aproximadamente 1,9 mil milhões de pessoas começaram a ter acesso a melhores fontes de água e instalações de saneamento, respectivamente.

Por fim, o oitavo objetivo é 'Criar uma parceria global para o desenvolvimento'. A ideia é que os problemas mundiais possam ser discutidos de maneira cooperativa e participativa entre governos e sociedade civil. Dentro desse objetivo, também pode-se inserir o anseio de mudanças no sistema financeiro internacional, atendimentos específicos dos países em desenvolvimento, repactuação de dívidas de nações com dívidas exorbitantes, entre outros. Nesse sentido, busca--se uma colaboração maior dos países desenvolvidos.

A experiência no Brasil é mencionada pela ONU como referência internacional no alcance das Metas do Milênio. No que se refere à organização e participação social, é importante que as secretarias municipais e os conselhos venham a compor os respectivos núcleos municipais de ODM e as secretarias e conselhos estaduais façam parte dos núcleos estaduais para ampliar a participação em ações efetivas dos ODM. "São as políticas públicas que, na prática, têm a força necessária para alterar os índices dos municípios e dos estados", ressalta Laurêncio Korbes, assessor da Secretaria--Geral da Presidência da República.



ITAMARATY PERDE ESPAÇO NO

Como a pasta executa 90% do orçamento no exterior e em dólar, situação financeira

pós experimentar uma significativa expansão durante o governo Lula, a diplomacia brasileira enfrenta agora uma temporada de vacas magras. Com cortes crescentes no orçamento e uma participação pífia no Orçamento Geral da União, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) busca recuperar prestígio e recursos com a equipe econômica do governo Dilma.

Para se ter uma ideia da situação, em 2004, o Itamaraty recebeu cerca de R\$ 1,3 bilhão; dez anos depois, em 2014, o valor em reais praticamente dobrou, passando para aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. Mas, ao analisar esses dados, é preciso ter cuidado, pois, apesar de o valor em reais representar um crescimento de 100% durante 10 anos, a situação orçamentária do serviço diplomático brasileiro é bastante crítica.

Esses valores em reais, portanto, não refletem a realidade, pois 90% da execução orçamentária do Itamaraty é feita no exterior. "Aparentemente, você tem aqui um aumento dos valores pagos. Mas, se for comparar o orçamento em dólares nos últimos anos, o valor transformado [em dólar], na verdade, diminuiu", explica o ministro Carlos



Eduardo de Ribas Guedes, coordenador-geral de Orçamento e Finanças do MRE. "Não interessa que os valores em reais quase duplicaram. Na verdade, os valores diminuíram porque o Itamaraty executa no exterior", completa.

O MRE é um dos órgãos da administração pública federal que apresenta um dos maiores níveis de execução orçamentária. Desse modo, ao contrário dos demais ministérios, a pasta é muito afetada pelo problema de cortes e contingenciamentos de recursos. "Esses órgãos executam menos do que nós. Nós executamos 90% no exterior. Nossos credores não entendem bem o que é um empenho no Siafi. O que eles querem é receber o pagamento já na moeda local", explica o ministro.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

é mais grave do que vem sendo denunciado pela imprensa



Ao observar o valor pago em 2010, quando ocorreu significativa expansão diplomática brasileira, e comparar com o valor para 2015 é possível ver claramente a drástica redução orçamentária. Em 2010, o volume de recursos liberado para o Itamaraty foi de US\$ 1,2 bi; o previsto para esse ano é de US\$ 912 mi. A queda dos valores em dólar, levando em consideração a taxa média de

câmbio, foi de quase 25% no curto período de cinco anos.

Essa diminuição no orçamento provoca uma série de dificuldades. Afinal, com um caixa bem menor, o Itamaraty precisa manter a mesma estrutura que mantinha em 2010. "Em cinco anos, houve perda orçamentária de 25%. E a estrutura do Itamaraty continua a mesma de 2010, quando houve expansão do número de embaixadas e consulados. Para sustentar a mesma estrutura, você tem 25% a menos". lamenta o ministro.

Para o deputado Marco Maia (PT-RS), a crise orçamentária do Itamaraty é conjuntural e resultado direto da necessidade de contenção de despesas em um cenário de crise econômica internacional, que afeta também o Brasil. "Não estamos fechando embaixadas ou consulados, como ocorreu durante o governo FHC. Ao contrário, durante o governo Lula expandimos bastante a presença internacional do Brasil por meio da abertura de 35 embaixadas, sobretudo em países da África, Ásia e América Central. Além disso, as vagas nos concursos para diplomata passaram de 28 por ano, até 2005, para 105 vagas por ano, a partir de Em 2010, o volume de recursos liberado para o MRE foi de US\$ 1,2 bi. O previsto para este ano é de US\$ 912 milhões. A queda dos valores em dólar, levando em consideração a taxa média de câmbio. foi de quase 25% no curto período de cinco anos



Economia

2006. Nenhum país do mundo ampliou tanto a sua rede diplomática na última década como o Brasil", argumenta o parlamentar governista.

Já para o deputado Eduardo Barbosa (PSDB - MG), a redução de recursos não é casual e, tampouco, está ligada à crise financeira. "É justamente por um descaso com o Ministério. É lastimável, porque [o Itamaraty] era uma das instituições mais respeitadas, com um corpo de formação invejável. Sabemos também, que, ao longo da história, o Itamaraty teve um desempenho diplomático impecável, sendo, inclusive, referência no mundo inteiro", lamenta. Segundo o parlamentar, o fato é que o Itamaraty passou a ocupar um espaço de pouca relevância no atual governo.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a diminuição de recursos pode fazer com que o Brasil perca o espaço internacional que havia conquistado em anos anteriores. "A consequência é a redução da presença do Brasil no mundo, que já se sente hoje comparado com alguns outros anos atrás. Durante os governos Lula e Fernando Henrique, o Brasil fez um discurso e conseguiu ter uma presença substancial no mundo. De repente, estamos regredindo rapidamente e deixando de ser uma nação emergente do ponto de vista de presença internacional. Isso é consequência da falta de recursos. É uma pena", lamenta o senador.

PAGAMENTOS ATRASADOS - O ministro Carlos Eduardo explica que a falta de recursos causa atrasos nos pagamentos das despesas do Itamaraty no exterior. "Esse atraso é danoso à imagem do Brasil, porque a presença brasileira em outro país, por meio de embaixada e consulado, se dá para trazer melhoria para gerações do Brasil com aquele país e para melhorar as relações", complementa. Por isso, é imprescindível que o Brasil tenha uma boa imagem no exterior. Para o ministro, não há milagre ao lidar com essa situação. O que acontece, inevitavelmente, é o atraso de alguns pagamentos.

Apesar das críticas da oposição, o deputado Marco Maia considera que o prestígio da diplomacia brasileira não foi abalado. "A prova disso são as negociações que nos levaram a comandar a Organi-



zação Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a construção exitosa dos BRICS, entre outros processos que demonstram cabalmente a efetividade da nossa diplomacia e o fortalecimento do protagonismo internacional do Brasil", exemplifica. Para o deputado, as relações diplomáticas não estão sendo deixadas de lado. Quando foi presidente da Câmara dos Deputados, o parlamentar diz ter participado de diversos encontros com outros chefes de parlamentos a fim de consolidar a relação entre os países que compõem os BRICS. "O mundo está passando por um momento conturbado em termos econômicos e isso acarreta também mudanças no plano político. A formação dos BRICS é um dado importante nesse contexto e o Brasil tem liderado esse processo, em consequência da nossa estratégia de fortalecimento da cooperação com países da Ásia, da África e da



América Latina. A nossa diplomacia é a condutora desse processo", enfatiza.

O deputado Eduardo Barbosa, no entanto, acredita que situação não está tão boa, mas, mesmo assim, tenta manter a confiança em possíveis melhorias. "Eu sempre sou otimista, porque a formação dos nossos diplomatas tenta, de alguma forma, amenizar muito os impactos, mas o que está acontecendo é que as embaixadas estão sem recursos e podem perder uma referência fundamental com governos e empresários de diversos países", opina o tucano.

De acordo com o ministro Carlos Eduardo, o Itamaraty vem recebendo receptividade e apoio das áreas competentes do governo (Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda). Esse suporte tem se traduzido em atendimento a parte das demandas apresentadas pela pasta, dentro das circunstâncias macroeconômicas atuais. Além disso, o Itamaraty está prioritariamente comprometido a recompor o seu orçamento. "Não se

pensa em hipótese alguma na continuidade dessa situação", afirma o ministro.

Uma das compensações do governo federal veio, em janeiro, por meio Medida Provisória nº 667. Assinada pela presidente Dilma Rousseff e por Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, a MP autoriza a liberação de R\$ 74 bilhões para serem usados por órgãos e empresas estatais. Com essa medida, o Itamaraty obteve a liberação de pouco mais de R\$ 9 milhões de reais.

Existe também uma expectativa de receber créditos suplementares, tanto no primeiro quanto no segundo semestre. No entanto, neste momento, não é possível projetar quais poderão ser os montantes desses créditos que o Itamaraty deve apresentar ao Ministério do Planejamento. "Tudo vai depender do que for aprovado na lei orçamentária. O objetivo final é recompor o orçamento em dólares do ano em que foi criada a última embaixada da estrutural atual", reforça o ministro.

A discussão para o orçamento de 2016 tem início em meados do primeiro semestre, quando o Itamaraty começará a ser consultado pelo Ministério do Planejamento. "A gente vai trabalhar muito sobre câmbio e muito sobre a execução orçamentária em dólares para tentar chegar com um valor mais próximo ao orçamento em dólar dos anos anteriores", esclarece o ministro. A ideia é trabalhar com uma taxa de câmbio realista e, durante a preparação do projeto de lei orçamentária para 2016, buscar usar uma taxa de câmbio mais coerente para que os valores constantes em reais na lei do orçamento possam ser preservados daqui um ano.

O Itamaraty também tem tentado abrir diálogo com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacionaldo Senado e da Câmara para que sejam apresentadas emendas de comissão em favor das ações orçamentárias do MRE. Além disso, deverá apelar para que os parlamentares destas comissões também apresentem emendas individuais de interesse da diplomacia brasileira.

Como explicou o ministro, não existe a possibilidade de se pensar na continuidade dessa situação. Com o apoio do governo federal e das comissões no Congresso Nacional, espera-se que o Itamaraty consiga recuperar o espaço que já teve no Brasil e seja capaz de recompor o orçamento em dólar.

RIO COMEMORA 450

Programação inclui resgate da memória dos cariocas e série de eventos ao longo ano



ANOS DE FUNDAÇÃO

á 450 anos, o colonizador português Estácio de Sá desembarcava em uma praia entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, onde hoje fica o bairro da Urca. O objetivo principal era expulsar os franceses que tinham se estabelecido na Baía de Guanabara sem autorização da coroa portuguesa e travar uma guerra contra os índios tamoios. Ali, o Rio de Janeiro era fundado pela primeira vez, em 1º de março de 1565.

Vencida a guerra, em 1567, dois anos depois da fundação da cidade, o governador-geral Mem de Sá, tio de Estácio, resolveu mudar a vila de lugar, passando da Urca para o Morro do Castelo, deixando ali apenas um forte a algumas casas. Por motivos estratégicos, o Rio era "fundado" pela segunda vez.

Ao longo da história, a cidade do Rio de Janeiro sofreu sucessivos "esvaziamentos". O economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, questiona como a identidade carioca não foi "desmantelada", "mesmo depois de a cidade ter perdido, progressivamente, a função de centro financeiro e político do país". "Apesar de tudo, o Rio continuou sendo", afirma Lessa.

E, aos 450 anos, a ex-capital do país comemora a expansão do emprego no setor de comércio e serviços. De acordo com dados da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), o número de postos gerados pelas empresas de comércio, bens, serviços e turismo representa 43.4% do total dos empregos criados no munício, contra 41,9% em 2008.

O gerente de Economia da entidade, Christian Travassos, destaque, no cenário recente, comércio e serviço se destacam em relação à indústria de petróleo e construção civil, por exemplo, como sustentação da economia carioca. Segundo ele, esse crescimento tem a ver com o amadurecimento do mercado consumidor e também o papel diferenciado do segmento de serviços. "O fato de a cidade estar pautada por serviços segue uma tendência mundial."

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO - Desde 2012, o Centro do Rio, sobretudo a região portuária passa por tra-

balhos de revitalização. O Elevado da Perimetral foi derrubado e será substituído por um sistema de túneis. Na beira-mar, o transporte será apenas por meio do veículo leve sobre trilhos (VLT). Para Carlos Lessa, o que está por trás desse esforço de modernização do Rio é a percepção de recuperar a cidade, redinamizando o Centro. "Sem o Centro, a Zona Sul não dialoga com a Zona Norte". avalia o economista.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), apesar das atenções com os Jogos Olímpicos de 2016, as obras não fazem parte dos compromissos olímpicos. Até agora, estão prontos a Via Binário do Porto e o Túnel Rio 450, inaugurado no dia 1º de março, que, juntos, têm 3,5 quilômetros de extensão. A primeira linha teste do VLT entra em funcionamento este ano, e a operação plena está prevista para 2016, assim como o passeio de 215 mil metros quadrados que vai do Armazém 8 à Praça 15, além de 17 quilômetros de ciclovia.

Na parte cultural, foi feito restauro e ocupação do Museu de Arte do Rio (MAR) e a recuperação do Centro Cultural José Bonifácio, dos Galpões da Gamboa e da Sede da Sociedade Dramática Filhos de Talma. O Museu do Amanhã deve ser inaugurado ainda no primeiro semestre deste ano no Píer Mauá, e o Aquário Marinho está previsto para o fim do ano, no bairro da Saúde.

Além disso, o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial da região deve ser recuperado e valorizado, conforme prevê a lei que criou a Operação Urbana Porto Maravilha. Ainda estão previstas a Fábrica de Espetáculos e a nova sede da Biblioteca Nacional. Quanto aos novos empreendimentos, existem 128 projetos em licenciamento, construção ou reforma na região, dos quais 54 são residenciais; 43, comerciais; oito, culturais; nove hotéis; seis institucionais; e oito equipamentos comunitários.

PROGRAMAÇÃO DOS 450 ANOS – O calendário de comemorações dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro se estende por 14 meses São mais de duzentos eventos, divididos em seis categorias: (i) Artes, (ii) Esportes,

(iii) Seminários, (iv) Presentes, (v) Música e (vi) Festivais. Além disso, há cinco iniciativas principais, que se estendem por um período mais longo: Pavilhão Rio450, Passaporte dos Museus Cariocas, Memória Carioca, Biblioteca Rio450 e Jogos Rio450. O prefeito Eduardo Paes enfatiza a participação popular na construção do calendário das comemorações, que têm iniciativas para todas as áreas da cidade. "O processo começou com muita participação da população através da internet e por meio do diálogo com diversos setores da sociedade, conduzido pelo Comitê Rio450", afirma.

O secretário municipal de Cultura do Rio e presidente do Comitê Rio450, Marcelo Calero, ressalta os conceitos que nortearam o trabalho do Comitê Rio450. "Tivemos duas preocupações básicas: que toda a cidade fosse coberta, ou seja, que as comemorações estivessem presentes por todo o Rio de Janeiro, e também que todos os cariocas se identificassem com elas e se sentissem pertencentes a essa festa. Acho que este é um grande legado que nós deixamos para os 450 anos. Uma festa em que o carioca se veja realmente retratado."

Foram assinados dois convênios. Um deles com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que cria o Passaporte dos Museus Cariocas, e outro com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, que se engaja nas comemorações dos 450 anos. Dentro da programação esportiva, os eventos-teste para os Jogos Rio 2016 entram no espírito das comemorações da Cidade e tornam-se parte integrante do Calendário Comemorativo.

Resultado da parceria com o Ibram, o Passaporte dos Museus Cariocas estimulará a visitação a museus e instituições com exposições em homenagem aos 450 do Rio de Janeiro, por meio da criação de um documento que será carimbado a cada museu visitado. A iniciativa reúne quase 40 endereços e cria um circuito inédito na cidade, integrando as instituições e criando uma dinâmica lúdica e atraente para os visitantes. O Passaporte dos Museus Cariocas será distribuído no Museu de Arte do Rio e em outros a serem definidos pelo Ibram. Um dos grandes presentes de aniversário da cidade será o Pavilhão Rio450 com a exposição interativa Rio450 Inimaginável. Prevista para ser inaugurada no primeiro semestre de 2015, a mostra será realizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Prefeitura do Rio. Por meio de instalações e projeções de última geração, a exposição celebrará a paisagem e a experiência civilizatória carioca, explorando suas belezas aturais, suas transformações urbanas, suas manifestações culturais e seus personagens marcantes, nesses quatro séculos e meio de trajetória.

Completam o cardápio de iniciativas o projeto Memória Carioca e a coleção de livros Biblioteca Rio450. Em parceria com o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade e com a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, o projeto Memória Carioca vai estimular que os cariocas abram suas gavetas e caixas de recordações em busca de

fotos, documentos e artefatos sobre o Rio de Janeiro, sejam eles flâmulas ou fotos de família. Este material será coletado digitalmente e vai ajudar a recontar a história da Cidade. A iniciativa é inspirada no projeto Europeana que realizou ao longo de 2014 a recoleta de material relativo à Primeira Guerra Mundial. em homenagem ao Centenário do acontecimento histórico.

Já a coleção de livros Biblioteca Rio450 será lançada ao longo de 2015, reunindo quase 70 títulos sobre os mais diversos aspectos da história e da cultura carioca. Entre as obras há republicações de raridades, como A Muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e novos títulos de pesquisadores e historiadores renomados. Os livros da Biblioteca Rio450 foram viabilizados por meio do Programa de Fomento à Cultura Carioca, da Prefeitura, e do edital da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Outros eventos importantes serão anunciados até o fim do ano, como os seminários acadêmicos também apoiados pela Faperi e as iniciativas do Prêmio de Ações Locais Rio450, que vai selecionar 85 produtores e artistas independentes cujos trabalhos tenham impacto diretamente nos bairros onde atuam. O objetivo é democratizar e espalhar as comemorações dos 450 anos por toda a cidade.

"O maior legado das comemorações é o maior conhecimento do carioca em relação à sua cidade, em relação à tradição de seus próprios bairros", afirma Marcelo Calero.

Com informações da EBC



BRASIL DEVE AJUSTAR CONDUÇÃO DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR



balança comercial brasileira fechou 2014 no vermelho, com déficit de US\$ 3,930 milhões. Uma das razões, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento. Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é a queda do preço de produtos como minério de ferro e petróleo. No caso do minério de ferro, o Brasil exportou 15 milhões de toneladas a mais em 2014, mas o preço do produto caiu quase 50%.

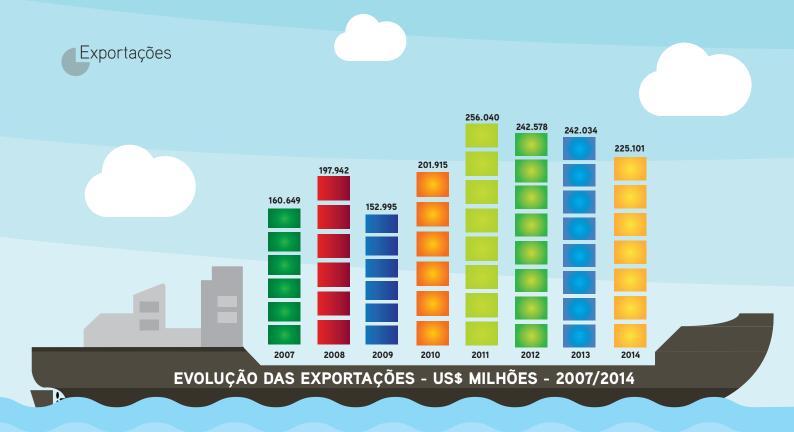
"Se os preços fossem os de 2013 apenas em relação ao minério de ferro teríamos um montante

superior a US\$ 8 bilhões, portanto, revertendo o déficit registrado este ano", afirma o secretário de comércio exterior Daniel Godinho.

Outro fator foi a desaceleração da economia mundial. No ano passado, as exportações brasileiras caíram em quase todos os principais mercados, como China, União Europeia, América Latina.

Para a consultora em comércio exterior Renata Amaral, da Barral M Jorge Associados, três fatores se destacam para o déficit em 2014: queda no preço das commodities maior que a esperada, principalmente do minério de ferro; crise econômica na Argentina, um dos nossos principais parceiros; e os gastos do Brasil com importação de combustíveis, que ainda são considerados muito elevados.

O ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, prepara medidas para aumentar as exportações. "Há uma compreensão do governo que, dada as circunstâncias presentes, a exportação se coloca como uma prioridade irrecusável.



Há condições de o Brasil ampliar a sua inserção no comércio internacional", avalia.

COMMODITIES - Em 2014, as exportações de produtos do agronegócio brasileiro alcançaram o montante de US\$ 96,75 bilhões (43% do total exportado), contribuindo para que o saldo da balança comercial desse setor fosse superavitário em US\$ 80,13 bilhões. "O complexo soja foi a grande estrela, com exportações totais de US\$ 31,40 bilhões. As carnes também tiveram vendas expressivas, alcançando US\$ 17,43 bilhões a carne de frango (US\$ 7,93 bilhões) foi o principal item do setor, seguido da carne bovina (US\$ 7,15 bilhões) e da carne suína (US\$ 1,59 bilhão)". destaca o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, diretor do Departamento Econômico do Itamaraty.

O complexo sucroalcooleiro, apesar da queda no preço e no

quantum embarcado, manteve a terceira colocação dentre as commodities com melhor desempenho, com vendas de US\$ 10,37 bilhões. A lista dos cinco principais produtos de exportação do agronegócio se completa com produtos florestais, que registraram vendas de US\$ 9,95 bilhões (papel e celulose são os destaques), e o setor cafeeiro, com receita de exportação de US\$ 6,66 bilhões. "Os cinco principais setores acima enumerados representaram 78,4% do total das exportações do agronegócio brasileiro em 2014. No que se refere ao destino, China e UE são nossos maiores compradores, absorvendo, respectivamente, 22,8% e 22,2% das exportações brasileiras de produtos do agronegócio", completa o embaixador.

"Ainda que as commodities tenham prevenido o Brasil de um déficit ainda maior na balança comercial, é unânime o entendimento de que o país não pode mais continuar isolado e dependente apenas de commodities, cujas cotações podem cair rapidamente. Com efeito, a tendência à queda no preço das commodities, sobretudo minério de ferro e soja, tem se confirmado mês a mês", afirma Renata Amaral.

SETOR PRIVADO – Renata Amaral avalia que o setor privado agrícola é extremamente bem articulado e bem estruturado. "A eficiência do setor agrícola reflete-se no fato de o Brasil estar entre os dez maiores produtores e exportadores mundiais de grãos e carnes do mundo."

Segundo ela, diariamente as associações de classe mantêm diálogo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na busca de melhoria de condições para o agronegócio, abertura

de novos mercados e modernização logística brasileira.

Renata cita como exemplo um dos temas de demanda recorrente no MAPA e para o qual há promessa de revisão para 2015: a modernização do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitário de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), criado em 1952 e que hoje é obsoleto por não ter acompanhado as mudanças da indústria agropecuária. "Além disso, espera-se que o programa de seguro agrícola, reestruturado em 2014, esteja finalmente à disposição dos produtores em 2015."

Ademais, há um trabalho intenso para aumentar o acesso dos produtos brasileiros a novos mercados. O trabalho para o acesso dos produtos agrícolas brasileiros na América do Sul é constante mas, a exemplo da Rússia, do Paquistão e da Malásia, entre outros, novos mercados estão na mira do setor privado agrícola e do governo brasileiro.

Ainda de acordo com o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, há a preocupação em diversificar a produção e os destinos das exportações, e em agregar valor aos produtos de base exportados. "A ideia é estimular setores que têm grande competitividade a exportar, a ampliar os mercados de destino e a beneficiar, quando possível, o produto", diz.

"O café é um bom exemplo. Somos os maiores produtores e exportadores de café em grão, e o segundo maior mercado consumidor, atrás apenas dos EUA. Mas podemos fazer muito mais. Os mercados da Ásia. China sobretudo. consomem pouco café. Além disso, não exportamos quantidades significativas de café em pó e café solúvel, segmentos de maior valor agregado. São áreas que merecem atenção. Mas não se pode dizer que o Itamaraty priorize produtos, setores ou mesmo destinos. A nós cabe melhorar as condições de competitividade para que o setor produtivo possa exportar", completa.

PAPEL DO ITAMARATY - "O Itamaraty contribui de duas formas para ampliar as exportações agrícolas: abrindo mercados e melhorando as condições de acesso", diz o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita.

Abrir mercados envolve negociar o levantamento de medidas restritivas arbitrárias (sem base científica); estabelecer requisitos sanitários ou fitossanitários; e habilitar estabelecimentos para exportação, entre outras providências. São iniciativas levadas adiante pelo Itamaraty em estreita coordenação com o MAPA, responsável pela parte técnica da negociação.

"A recente abertura do mercado paquistanês à carne de aves do Brasil, um trabalho conjunto do MAPA com o MRE, é um bom exemplo. Não exportávamos porque não havia certificado sanitário negociado. Uma vez acordados os requisitos sanitários e definidos os procedimentos para a habilitação de estabelecimentos no Brasil, passamos a ter acesso a um mercado potencial de 182 milhões de habitantes e onde a carne de aves é a proteína animal mais consumida. representando 40% do total", afirma o diretor de Departamento Econômico do MRE.

Para, ele, no entanto, não basta estar o mercado aberto. "Muitas vezes, não exportamos para determinado país porque as tarifas de importação são proibitivas. Nesses casos, a solução é a negociação de acordo de preferências fixas ou de livre comércio, que preveja acesso preferencial para os produtos brasileiros do agronegócio. Alternativamente, há a possibilidade de melhorar o acesso em negociações no âmbito da OMC. Nas duas hipóteses, o Itamaraty tem papel central."

Na avaliação do especialista Welber Barral, sócio administrador da Barral M Jorge Associados, pode antever que o Brasil continuará sendo protagonista de importantes litígios na OMC. Em artigo publicado no dia 12 de março, Barral afirma que "o mercado mais competitivo impelirá setores exportadores a pressionar o governo brasileiro a se opor a barreiras crescente".

PERSPECTIVAS PARA 2015 -

De acordo com Renata Amaral, a expectativa para 2015, conforme já apontou inclusive um estudo da CNA recente, a expectativa é de continuidade no crescimento, mesmo que moderado, das exportações do agronegócio, uma vez que o setor já se firmou como líder na pauta de vendas externas do país.

"Existem grandes oportunidades de abertura de novos mercados para os produtos agropecuários, embora seja necessária cautelosa ponderação sobre as perspectivas para



Na opinião do embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, são necessários ajustes na estratégia brasileira de ampliação das exportações. "Ajustes pontuais serão implementados para fazer frente a uma nova realidade mundial"

o mercado internacional de commodities, uma vez que a principais economias compradoras dos produtos brasileiros estão em período de retração", afirma a consultora.

Ainda segundo ela, as perspectivas para o câmbio também apontam para um cenário favorável às exportações brasileiras. A expectativa para 2015 é de que o dólar se mantenha num patamar médio alto, favorecendo significativamente as exportações do agronegócio. "Com razão, no cenário atual, o câmbio é um fator de muita relevância para 2015. Com a previsão de se manter o real desvalorizado frente ao dólar, haverá pressão sobre os custos de produção da agropecuária, já que grande parcela dos insumos é precificada em dólar. Esse fato deverá pressionar as margens de rentabilidade dos produtores rurais. Não obstante, por outro lado, com os preços em dólar há a possibilidade de se equilibrar a rentabilidade dos produtores com o crescimento das exportações, visto que as receitas também são fixadas em dólar."

Conforme dados do U.S. Department of Agriculture (USDA), tudo o mais constante, a perspectiva de normalização da política monetária nos Estados Unidos também concorre para um cenário heterogêneo para os preços das commodities. Enquanto espera-se para 2015 a continuidade das quedas dos preços do petróleo e do minério de ferro, em relação às commodities agrícolas os sinais são mistos. O USDA projeta aumento da produção global de soja para a safra atual e para a próxima, pressionando seus preços para baixo.

"O ano de 2015 será desafiador para a economia brasileira, em especial em relação ao agronegócio. O governo federal, nos últimos anos, sustentou o modelo econômico incentivando o consumo interno, seja com mais gastos públicos ou pelo aumento da demanda no setor privado. Acredita-se que ainda que sejam feitos ajustes fiscais e estruturais em 2015, o agronegócio não será afetado. Isso porque a demanda por produtos agropecuários, no mercado interno, deverá continuar constante por meio do setor privado. Por outro lado, o país deve se consolidar como um dos principais exportadores de gêneros agropecuários do mundo, ampliando a importância do setor para a economia brasileira", analisa Renata Amaral.

Para o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, são necessários ajustes na estratégia brasileira de ampliação das exportações. "Ajustes pontuais serão implementados para fazer frente a uma nova realidade mundial. Os preços internacionais de alguns de nossos principais produtos de base têm caído em razão da diminuição da demanda internacional. Hoje, isso é mais perceptível nas commodities não agrícolas, sobretudo minerais, mas já há indícios de que o ciclo de alta dos produtos de base agrícolas está se encerrando. Teremos de nos adaptar a essa nova realidade", diz.

COMBATE À LAVAGEM DE **DINHEIRO** E CRIME ORGANIZADO GANHA FORÇA NO BRASIL

Legislação também oferece meios para que cidadão atue como fiscal de gastos públicos no país



á uma história sobre a origem do termo 'lavagem de dinheiro', que alguns defendem e outros dizem ser uma lenda. que remota a década de 1920, nos Estados Unidos. Em 1928, o gângster Al Capone teria comprado uma rede de lavanderia de fachada a fim de legalizar todo o dinheiro ilegal oriundo da prostituição, extorsão e venda de bebidas alcoólicas (era época da Lei Seca). Por aqui, o termo acabou ficando conhecido como lavagem de dinheiro.

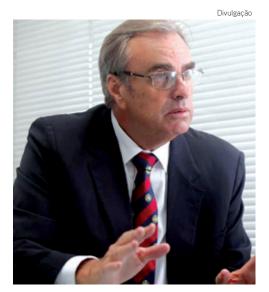
Apesar de recentes escândalos na política e economia do Brasil, o combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vem se fortalecendo nos últimos anos. A melhora no combate à lavagem de dinheiro e crime organizado é resultado de sucessivos aprimoramentos na legislação e em mecanismos tecnológicos. Os resultados positivos podem ser comprovados por números. Em 2013, por exemplo, a atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em parceria com o Ministério Público e autoridades policiais, possibilitou o bloqueio judicial de R\$ 927 milhões relacionados à lavagem de dinheiro.

O Coaf, que completa 17 anos em março, atua na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao

financiamento do terrorismo. O trabalho realizado pelo órgão envolve o que pode ser chamada de Inteligência Financeira. "O Coaf é um dos órgãos mais informatizados do governo", comenta Antônio Gustavo Rodrigues, presidente do Conselho de Atividades Financeiras.

"A atuação do Coaf acontece de dois lados. De um, fazendo o trabalho de inteligência financeira, que consiste basicamente em receber as comunicações de operações suspeitas em vários setores, analisá-las e comunicar às autoridades que têm competência para investigar. De outro lado, o Coaf atua como órgão regulador daqueles setores que não têm órgão regulador próprio", explica Antônio Gustavo. Além disso, o que também ganha destaque entre as atividades

Lavagem de dinheiro



Gil Castello Branco - fundador e secretário geral do Contas Abertas



Ricardo Saadi - Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça (crédito da foto para Isaac Amorim/MJ)

do conselho é a proposta social de divulgar o tema e fomentar o debate em torno do combate à lavagem de dinheiro. Entre os setores econômicos regulados pelo Coaf podem ser citados: bens de luxo ou de alto valor; cartões de crédito ou de credenciamento; factoring e securitização de ativos, títulos ou recebíveis mobiliários; joias, pedras e metais preciosos; objetos de arte e antiguidades; remessas alternativas de recursos e serviços de assessoria, consultoria, auditoria, aconselhamento ou assistência.

Nos últimos 10 anos, o trabalho cresceu muito. Em 2013, o Coaf produziu e disseminou 2450 relatórios às autoridades, alcançando uma marca 16% superior ao ano anterior.

Outro significativo avanço foi a criação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). Criada em 2003, a Enccla é uma iniciativa do Ministério da Justiça que busca o diálogo entre diversos órgãos. Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades fazem parte desse grupo. "A Enccla se reúne todos os anos, no mês de novembro, para avaliar o quadro de como o Estado brasileiro está se portando na questão de combate à corrupção e lavagem de dinheiro e o que pode ser melhorado", explica Ricardo Andrade Saadi, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), do Ministério da Justiça. A partir dessa avaliação, são propostas diversas ações a serem desenvolvidas no ano seguinte com o objetivo de sanar os problemas detectados. Além disso, durante o ano seguinte, dezenas de reuniões são desenvolvidas a fim de solucionar os problemas apontados. "Na plenária do próximo ano, antes de se fazer o exercício de avaliação e composição, se faz uma análise dos trabalhos realizados para verificar se os problemas foram sanados", esclarece Saadi.

Em 2007, foi instalado no DRCI/ SNJ o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Resultado de uma das metas estabelecidas pela Enccla, a criação do laboratório foi possível graças a um convênio em parceria com o Ministério da Justica e o Banco do Brasil. A motivação para que se criasse o LAB-LD partiu da enorme quantidade de dados oriundos de quebras de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Para analisar essa demanda de informações, percebeu-se a necessidade de uma especialização técnica. A proposta foi tão bem sucedida que, em 2009, foi feita uma replicação do modelo para outros órgãos estaduais e federais. Atualmente, o conjunto dos laboratórios, presentes em todos os estados brasileiros, forma a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede – Lab).

As atividades da Enccla já chamam atenção de outros países. Em 2014, um grupo de russos esteve no Brasil para entender as atividades realizadas no combate à lavagem de dinheiro. "O principal objetivo dos russos foi conhecer a Enccla e os laboratórios. E os russos demonstraram interesse em ter um laboratório", comenta Saadi. Além do interesso russo, já existe um acordo de cooperação com a Bolívia e outro em fase de negociação com o Peru. Recentemente, o diretor Ricardo Saadi esteve na Suíça, onde também detectou interesse internacional em conhecer os laboratórios brasileiros e levar essa tecnologia para outros países.

Participante ativo da Enccla, o Banco Central também tem papel de destaque no combate à lavagem de dinheiro. "O Banco Central vem reforçando essa área e direcionando, não só estrutura, mas também pessoas, para cuidar disso", diz Geraldo Magela Siqueira, secretário executivo do Banco Central.

Atualmente, o Banco Central também participa de órgãos que tratam da questão de lavagem de dinheiro, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Um resultado do aprimoramento interno no combate à lavagem de dinheiro foi a criação do Comitê Estratégico de Gestão da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (CGPLD/FT). "O Banco Central também possui atuação firme com relação às nossas entidades supervisionadas, do ponto de vista de estabelecer as regras adequadas e fazer com que elas sejam efetivamente cumpridas", reforça Magela.

TRANSPARÊNCIA - Além dos órgãos ligados ao governo, quem pode atuar no combate à corrupção é o próprio cidadão. Algumas leis recentes, inclusive, facilitaram o acompanhamento de gastos públicos pelo cidadão. "O que mais evoluímos nesses últimos 10 anos, no que diz respeito ao combate da corrupção, eu diria que foi em relação a trans-



Geraldo Magela Siqueira - secretário executivo do Banco Central

parência das contas públicas", reforça Gil Castello Branco, fundador e secretário geral do Contas Abertas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, prestes a completar 15 anos, foi uma mudança na legislação que já buscou um controle maior dos gastos públicos. Em 2009, a Lei Complementar nº 131, que foi uma emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal, serviu para dar ainda mais transparência aos gastos de órgãos públicos. "Essa lei obrigou a União, os estados e municípios a terem um portal em que esses dados devem ser absolutamente esmiuçados", explica Gil. Com isso, todos os municípios passam a ser obrigados a atualizar o próprio site e detalhar todos os gastos, compras, fornecedores etc.

Outra importante mudança recente na legislação foi a Lei de Acesso à Informação, que dá o direito a qualquer cidadão brasileiro de pedir informações a órgãos públicos. "Todas essas leis são extremamente importantes. E foi, talvez, a grande evolução na questão da nossa legislação para dar mais transparência

aos gastos públicos e, dessa forma, fazer com que o próprio cidadão se tornasse um fiscal e contribuir na fiscalização e no combate à corrupção", opina Gil Castello Branco.

No entanto, apesar dos avanços, Gil aponta que ainda é preciso que a legislação seja efetivamente cumprida. "Ao mesmo tempo que eu elogio as leis no seu conteúdo, que é um conteúdo moderno e semelhante à legislações internacionais, eu critico o fato de elas não estarem plenamente vigentes no Brasil", afirma. Um exemplo é que ainda existem municípios que apresentam portais precários e com poucas informações relacionadas aos gastos públicos.

Essas três leis citadas além de representarem avanços no combate à corrupção, oferecem mecanismos para que o próprio cidadão seja agente e participante ativo na política do país. "Hoje em dia, pouco a pouco, o cidadão vai se interessando mais pelas questões do Estado e entendo que o Estado somos todos nós. Cada um de nós pode ser efetivamente um fiscal", acredita Gil.

SERVIÇO MÉDICO PRIORIZA PREVENÇÃO DA SAÚDE DE SERVIDORES

Boletim da ADB conversou com a chefe do Serviço Médico do Itamaraty, Ana Maria Cario, sobre o atendimento a servidores

Como está estruturado o serviço médico do Itamaraty e qual é o enfoque que vem sendo adotado no atendimento aos servidores do Ministério?

O serviço médico do MRE tem a missão de promover a atenção à saúde dos servidores, conforme as diretrizes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). O referido sistema está embasado em três. pilares: (i) assistência à saúde do servidor; (ii) promoção, prevenção e acompanhamento da saúde; e (iii) perícia oficial.

No âmbito do MRE, destacam-se as ações de acompanhamento de saúde dos servidores, reabilitação e readaptação. Tais atividades compreendem profissionais de diversas áreas, como psicólogos, assistentes sociais e fisioterapeutas.

A imunização anual de servidores e o encaminhamento à Sala do Viajante do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) também se destaca entre as funções desempenhadas pelo serviço médico. O SAMS



é responsável pela realização de exames admissionais, visitas domiciliares e hospitalares, repatriação de servidores, além de missões eventuais com atenção curativa e preventiva in loco. Por fim, durante todo o ano, são realizadas palestras sobre temas diversos relacionados à saúde do servidor.

Quais as principais ações implementadas nos últimos anos e quais as ações previstas para 2015?

Para além dos atendimentos clínicos e realização de perícias, o SAMS implementou a imunização anual dos servidores contra a gripe (influenza e H1N1) e tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba).

Em 2014, foi inaugurada a sala de amamentação, uma reivindicação do Comitê Gestor de Gênero e Raça do MRE. Além disso, têm sido frequentes as visitas domiciliares e hospitalares, bem como as palestras sobre prevenção em saúde.

No dia 9 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi realizado café da manhã com a presença de servidores e colaboradores. Ainda este mês, a equipe psicossocial promoverá palestra sobre processo terapêutico de pessoas com dores crônicas. a ser ministrada por Maurício Neubern, professor do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília.

Quais as principais doenças que acometem os servidores do Ministério? Como elas devem ser tratadas?

Em 2014, as estatísticas de afastamento por grupo de CID (Classificação Internacional de Doenças) apontou as doenças osteomusculares como as mais frequentes entre os servidores.



Essas enfermidades responderam por 16% dos casos. Em seguida, aparecem os transtornos psiquiátricos (12%) e as neoplasias (7%). Cabe ressaltar ainda que 27% dos afastamentos referem-se a pessoas em bom estado de saúde, acompanhando familiar acometido por doença.

As doenças do sistema osteomuscular ocorrem com mais frequência em razão de afecções da coluna lombar, tendinites e tenossinovites, seguidas das afecções do ombro. De maneira genérica, as doenças osteomusculares devem ser tratadas por meio de analgésicos, fisioterapia, acupuntura e, em alguns casos, intervenção cirúrgica. A correção de postura e a atenção à ergonomia do ambiente de trabalho podem evitar o agravamento dessas disfunções.

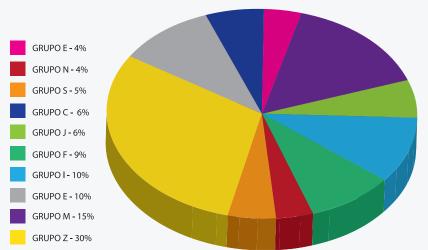
Destacamos o quão importantes são as informações de saúde produzidas pelo SAMS, uma vez que constituem base de dados epidemiológicos que contribuem para a consolidação de uma política de atenção à saúde do servidor.

Em casos relacionado à depressão, como favorecer uma estratégia de reabilitação?

A depressão está relacionada a diversos fatores, como estresse físico e psicológico, ansiedade, acontecimentos traumáticos e, até mesmo, predisposição genética. Hábitos relacionados ao consumo de drogas e medicamentos podem atuar como gatilho para crises. Em princípio, deve-se investigar a causa do quadro depressivo. Quanto ao tratamento, podem ser indicados psicoterapia, acompanhamento

QUANTIDADE DE SERVIDORES POR GRUPO DE CID

UF da Unidade do SIASS: DF; Unidade do SIASS: SIASS - MIN. DA PREVIDÊNCIA / MIN DO TRABALHO E EMPREGO - Sede: Órgão do Sevidor: 35.000; Período de Condusão da Perícia: 01/01/2014 a 31/12/2014; Resultados mais Significativos: 100



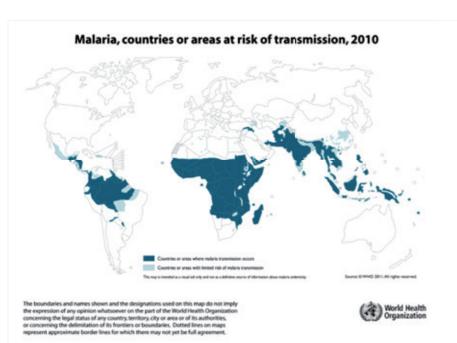
Grupo C – neoplasias; Grupo E – transtornos endócrinos, Grupo F – transtornos psiquiátricos; Grupo I – transtornos cardiovasculares; Grupo J - transtornos respiratórios; Grupo M - doenças osteo-musculares; Grupo N - transtornos renais e do aparelho reprodutor; Grupo S - Traumatismos; Grupo Z - contato de risco/acompanhamento.

médico e medicação específica. Em alguns casos, o afastamento do trabalho também pode ser indicado.

As estratégias de reabilitação envolvem diagnóstico precoce, notificação das ocorrências e tratamento sistemático por equipe multidisciplinar. Cabe ressaltar que o suporte familiar é fundamental para a recuperação diante de quadros de depressão.

Quais são os protocolos médicos que devem ser adotados pelos servidores das carreiras do serviço exterior quando partirem ou retornarem de missão no exterior?

Em primeiro lugar, faz-se necessária a avaliação das condições de saúde do servidor, por meio de consulta médica e de exames laboratoriais recentes. Além das vacinas do





esquema básico, é necessária a imunização preventiva com base na região de destino do servidor.

Caso retorne de uma viagem com sinais de alteração de sua saúde, o servidor deve procurar serviços médicos ambulatoriais, bem como o SAMS/MRE.

Há protocolos de saúde específicos para cada país e/ou região? Se sim, onde encontrá-los?

Sim, existem protocolos específicos para cada país. Estes podem ser encontrados na Vigilância Epidemiológica do Hospital da Asa Norte (HRAN). O servidor deve comparecer à Sala do Viajante para consulta e aplicação de vacinas pelo menos 40 dias antes da viagem prevista. É importante ressaltar que as consultas devem ser agendadas previamente, por meio do telefone (61) 3325-4362.

Quais as principais vacinas que devem ser tomadas pelos servidores do serviço exterior brasileiro?

As principais vacinas que devem ser tomadas pelos servidores do MRE são as vacinas do esquema básico :

- Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba);
- Vacinas contra as hepatites A, B e A+B
- HPV
- Varicela
- Influenza (gripe)
- Febre amarela
- Poliomelite
- · Vacinas contra difteria, tétano e coqueluche
- Antipneumocócica 23 valente
- Antimeningocócica C conjugada
- BCG

Conheça o cronograma de palestras sobre saúde e aplicação de vacinas no Ministério para o ano de 2015:

ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Saúde do Viajante - Busca Ativa												
Planejamento das ações de 2015	SIASS e SAMS	SIASS e SAMS										
Dia da Mulher - café da manhã e distribuição de mudas de plantas ornamentais			SAMS (09/03)									
Mesa Redonda "Tratamento de Dores Crônicas" - com psicólogo clínico, reumatologista e outros médicos especialistas na prática de Tai Chi Chuan.			SIASS - Mesa Redonda; SAMS -Atividade de Tai Chi Chuan (25/03)									
Dia Mundial de Combate ao Cân- cer - Palestra com Ana Plá				SAMS (08/04)								
Programa de Preparação para Aposentadoria - para servido- res do MPS				SIASS (15, 22,29/04)	SIASS (06/05)							
31 de maio - Dia Mundial Sem Tabaco - Atividade interativa e criação do Comitê					SAMS (28/05) e SIASS (29/05)							
Dia Mundial de Combate as Drogas - tema: alcoolismo.						SAMS (25/06) e SIASS 26/06)						
Doação de Sangue (campanha)							SIASS (a definir)					
Programa de Preparação para Aposentadoria - para servidores do Itamaraty								SAMS (03, 10, 17, 24/08)				
Dia Mundial do Coração - cami- nhada e blitz da pressão com a GEAP									SIASS e SAMS (29/09)			
Dia Mundial de Saúde Mental - Palestra sobre Depressão										SAMS (08/10) e SIASS (09/10)		
Dia do servidor público - Pales- tra com Sakay (a definir com o palestrante)										SAMS (28/10)		
Programa de Preparação para Aposentadoria - para servidores do MTE.											SIASS (a definir)	
Dia Mundial de Combate à dia- betes 14/11 - Palestra: Diabetes e Doenças Oculares com CBV											SAMS (12/11)	
Relatório final de 2015												SAMS



Watanabe Patriota. Erika Almeida: Bens Ambientais, OMC e o Brasil (Brasília: Funag, 2013, 452 p.; ISBN 978-85-7631-476-9; Coleção CAE)

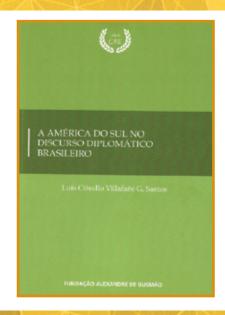
Bens ambientais parecem estar no centro das angústias comerciais das próximas décadas, já que o planeta agora, para estar politicamente correto, precisa se guiar pelas regras do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem, justamente, uma grande interface com o assunto, pelo seu potencial produtor e exportador desses bens (ainda que existam dúvidas sobre sua competitividade e avanços tecnológicos em energia solar e eólica). A tese mapeia as discussões multilaterais a respeito, a atuação da China e da Índia, as posições assumidas pelo Brasil e as implicações da regulação no lado doméstico da equação. A autora acha que as premissas da OCDE, entre elas a liberalização comercial, tendem a prejudicar os países em desenvolvimento: seria mais uma manifestação da velha teoria conspiratória que sempre coloca os ricos contra os interesses dos pobres?

Santos. Luís Cláudio Villafañe G.:

A América do Sul no discurso diplomático brasileiro

(Brasília: FUNAG, 2014, 248 p.; ISBN 978-85-7631-525-4; Coleção CAE)

A América do Sul é a nossa circunstância regional, imposta pela geografia; nem sempre essa evidência foi traduzida na agenda diplomática, mas desde a criação do Mercosul a região foi sendo incorporada ao discurso e nas prioridades nacionais, com altos e baixos no processo de integração regional, que assume, aliás, variadas formas. Esta tese de CAE, defendida em 2005, e agora publicada com nova introdução, percorre a evolução do conceito e seus aspectos práticos no relacionamento externo do Brasil. A região, como projeto político, também sofre o efeito das mudanças de orientação política no contexto interno, o que ficou amplamente evidenciado a partir de 2003, quando se fez tudo para afastar a região do Big Brother ao norte e deixá-la circunscrita aos próprios vizinhos do Sul: foi uma boa escolha? O livro deixa a questão em aberto.





Centro de História e Documentação Diplomática:

Il Conferência da Paz, Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa

(Brasília: FUNAG, 2014, 272 p.; ISBN 978-85-7631-508-7)

Carlos Henrique Cardim, que apresentou tese e tem livro publicado sobre Rui diplomata, assina um prefácio de 18 páginas para introduzir o intercâmbio mantido a propósito do que ele chama de "estreia do Brasil no mundo", consubstanciada na defesa da "dignidade da nação", nas palavras de Rio Branco, que Rui interpretou como defesa intransigente da igualdade soberana das nações, entrando por isso em choque com as posições das nações mais poderosas. Seguem 240 páginas de telegramas entre os dois homens, desde 13 de março, ainda no Brasil, até 26 de dezembro, no Recife, a caminho do Rio, depois dos meses passados em Scheveningen, com trocas diárias de mensagens, informações e impressões de ambos sobre as posições dos demais participantes e sobre a que convinha ao país adotar. Matéria prima indispensável para os estudiosos.



Diogo Ramos Coelho:

Mundo em crise: a história da crise financeira, seus impactos nas relações internacionais e os atuais desafios

(Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, 324 p.; ISBN 978-85-230-1137-6)

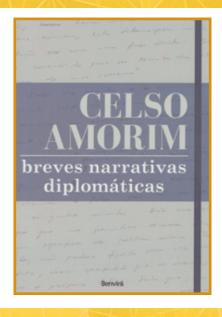
O capitalismo está em crise, à beira da morte? Muitos pensam assim. O livro trata da crise financeira e das reações dos governos; o autor acha que as democracias não têm sabido realizar as reformas necessárias, pois existem custos políticos e sociais, que também atingem países em desenvolvimento. A diversidade de interesses dificulta uma globalização plena e a coordenação de respostas. Quais são os desafios? Conciliar democracia e mercados, o que não é fácil, como demonstra cada nova crise. E o Brasil? Se ele não sofreu tanto com a crise de 2008 (a despeito da queda em 2010), sofre agora com erros de política econômica doméstica. Mas o Brasil aparece mais no prefácio de Matias Spektor, e brevemente na introdução do autor, do que no resto do texto. Trata-se, em todo caso, de excelente introdução ao estudo da grande depressão que anda por aí.

Elias Luna Almeida Santos:

Investidores soberanos, política internacional e interesses brasileiros (Brasília: Funag, 2013, 345 p.; ISBN: 978-85-7631-426-4)

O trabalho tem qualidades inegáveis, ao apontar as inúmeras dificuldades no tratamento dos fundos soberanos. Mas, à diferença do que diz o prefaciador, o FSB não está voltado para o gerenciamento das reservas brasileiras (tarefa a cargo do Banco Central), e sim tem sido usado mais para fins de economia doméstica (como a sustentação da Petrobras). O Brasil, aliás, tem todas as condições para NÃO ter um fundo desse tipo, já que não tem excedentes fiscais ou de transações correntes. Seja como for, esta tese de CAE ilumina o funcionamento desses fundos e os problemas a eles associados. Se e quando o Brasil dispuser de um fundo verdadeiro, a obra oferece desde já um panorama muito claro de como se movimentar no intrincado cenário de ganhos econômicos e ambições políticas que caracteriza sua existência corrente.





Celso Amorim:

Breves Narrativas Diplomáticas

(São Paulo: Benvirá, 2013, 168 p.; ISBN: 978-85-8240-025-8)

Dos cadernos do ex-ministro, notas sobre momentos cruciais, de 2002 a 2004 (e alguns desdobramentos ulteriores), da diplomacia "ativa e altiva", como ele designa a sua gestão; mais adiante se acrescentou "soberana" à dita política externa. Trata-se de uma explicação e uma justificativa, pro domo sua, de alguns episódios desses anos: a invasão do Iraque pelos EUA, as tribulações do coronel Chávez, a implosão da Alca, o golpe de truco em Cancun, a aliança com a Índia e a África do Sul, as origens da Unasul e as andanças pela África. A história completa ainda vai ser contada, mas os escritos do ministro, entre eles Conversas com Jovens Diplomatas (2011), podem ser fontes primárias, desde que se confronte interpretações pessoais com análises independentes: a historiografia serve, justamente, para filtrar tais tipos de relatos.

Expediente

DIRETORIA DA ADB

Embaixadora Vitoria Alice Cleaver - Presidente Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho - Vice Presidente Ministro Adriano Pucci - Diretor Conselheiro João Frederico Abbott Galvão Jr - Diretor Secretário Leandro Araújo - Diretor

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Francisco Hermógenes de Paula

SECRETARIADO DA ADB

Gerente administrativo: Térsio Arcúrio Assistente administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros Ano XXII - nº 88 Edição Janeiro/Fevereiro/Março de 2015 - ISSN 0104-8503

CONSELHO EDITORIAL

Vitória Alice Cleaver Ronaldo Costa Filho Carlos Augusto Loureiro de Carvalho Adriano Silva Pucci João Frederico Abbott Galvão Júnior Felipe Costi Santarosa Leandro Rocha de Araújo Márcia Canário de Oliveira

REPORTAGEM

Adriana Mendes, Mariana Ávila, Patrícia Cunegundes e Ronaldo de Moura

EDIÇÃO

Patrícia Cunegundes

REVISÃO

Ana Cristina Paixão

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Fabrício Martins

IMPRESSÃO

Athalaia

TIRAGEM

3 mil exemplares



ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores – Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A
70170–900 – Brasília – Brasil
Fones: (61) 2030 6950 e 3224 8022 Fax: (61) 3222 0504
www.adb.org.br – e-mail: adb.diplomatas@gmail.com

